



331

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO Nº 0137875-49.2009.8.17.0001 (0290659-4)

Recorrente: Zivanildo de Souza Siqueira e outros

Recorrido: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. LEI Nº 1.060/50. REQUERIMENTO NO CURSO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE MODIFICAÇÃO DO CENÁRIO INICIAL. INDEFERIMENTO. INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAR O PREPARO. ART. 511, § 2º DO CPC. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE QUALQUER MONTANTE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO TERMINATIVA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NÃO PROVIMENTO DO AGRAVO.

- Trata-se de Recurso de Agravo interposto por Zivanildo de Souza Siqueira e outros em face de decisão terminativa (fls. 298/299) desta Relatoria, que não conheceu o recurso de apelação em face da deserção.

- Em síntese, alegam os recorrentes (fls. 302/322), que os benefícios da justiça gratuita podem ser deferidos em qualquer fase do processo, só podendo o juiz indeferir os benefícios caso haja fundados motivos e não meros indícios de que os requerentes não merecem ser contemplados com a gratuidade de justiça, consoante art. 5º da Lei nº 1.060/50. Ademais, haveria uma presunção de hipossuficiência com a simples apresentação de declaração de pobreza, o que seria o caso dos autos. Por eventualidade, sustentam que mesmo considerando ser o caso de indeferir o pedido de gratuidade de justiça, deveria ser concedido prazo para o pagamento de custas, consoante art. 511 do CPC.

- O presente Recurso de Agravo não merece ser provido, pois os argumentos trazidos pelo agravante são insuficientes para modificar a decisão agravada, a qual dever ser mantida, senão vejamos (fls. 298/299):

- "No caso dos autos, os autores ingressaram com Ação Ordinária contra o Estado de Pernambuco sem pleitear o benefício previsto na Lei nº 1.060/50, razão pela qual efetuaram o pagamento de custas no valor de R\$ 103,58 (cento e três reais e cinquenta e oito centavos), conforme consta às fls. 183.

- Em petição de fls. 226/227, requereram os autores a gratuidade de justiça, sob o argumento de poder o benefício ser concedido a qualquer tempo e não possuírem condições de arcar com as custas judiciais, sem prejuízo do próprio sustento ou de suas famílias.

- No entanto, o STJ vem entendendo, consoante julgamento do AgRg no REsp 1.173.343/DF, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, que "embora o pedido de gratuidade de justiça possa ser feito a qualquer tempo, quando a ação está em curso, deve ele ser formulado em petição avulsa, a qual será processada em apenso aos autos principais, constituindo erro grosseiro a não observância dessa formalidade, nos termos do art. 6º da Lei 1.060/50". No mesmo sentido: AREsp 259.569/MG, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 17/06/2013; EDcl no AREsp 258.835/PE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 13/05/2013; AgRg no AREsp 258.119/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 04/03/2013.

- Assim, ante a inadequação da via eleita para pleitear o benefício da Lei nº 1.060/50, e como não fora efetuado o preparo necessário ao conhecimento do recurso, não é possível ultrapassar o juízo de admissibilidade, devendo o recurso não ser conhecido em razão da deserção.

- Ainda que fosse possível suplantar o óbice supracitado em razão do princípio da instrumentalidade das formas, o recurso igualmente não mereceria ser conhecido.

- Isso porque o magistrado de primeiro grau, ao julgar procedente a impugnação ao valor da causa em apenso, determinou a intimação dos apelantes para complementarem o valor pago a título de custas, consoante despacho de fls. 276 dos autos principais, o que foi realizado com o pagamento do valor de R\$ 550,25 (quinhentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos), efetuado às fls. 278, sem que houvesse qualquer insurgência dos autores quanto ao pagamento do valor que supostamente poderia impedir o sustento próprio ou de suas famílias.

- Feitas essas considerações, daí se pode concluir que o pedido de gratuidade de justiça não merece ser deferido, pois os autores, além de não demonstrarem a alteração da situação fática delineada quando do ajuizamento da ação, momento no qual não requereram o deferimento da justiça gratuita, efetuaram pagamento complementar das custas originárias em valor bastante



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

332.

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO Nº 0137875-49.2009.8.17.0001 (0290659-4)

Recorrentes: Zivanildo de Souza Siqueira e outros

Recorrido: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto por Zivanildo de Souza Siqueira e outros em face de decisão terminativa (fls. 298/299) desta Relatoria, que não conheceu o recurso de apelação em face da deserção.

Em síntese, alegam os recorrentes (fls. 302/322), que os benefícios da justiça gratuita podem ser deferidos em qualquer fase do processo, só podendo o juiz indeferir os benefícios caso haja fundados motivos e não meros indícios de que os requerentes não merecem ser contemplados com a gratuidade de justiça, consoante art. 5º da Lei nº 1.060/50. Ademais, haveria uma presunção de hipossuficiência com a simples apresentação de declaração de pobreza, o que seria o caso dos autos.

Por eventualidade, sustentam que mesmo considerando ser o caso de indeferir o pedido de gratuidade de justiça, deveria ser concedido prazo para o pagamento de custas, consoante art. 511 do CPC.

Outrossim, sustentam as mesmas razões meritórias invocadas no apelo de fls. 228/248.

VOTO

Não assiste razão aos recorrentes, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante do presente decisum (fls. 298/299):

XX

Frise-se, por oportuno, que conforme interpretação conferida ao art. 511, § 2º, do CPC pelos tribunais pátrios, a intimação a que faz menção o dispositivo legal só deve ocorrer nos casos em que o preparo foi recolhido em valor insuficiente, não sendo esse o caso dos autos, em que não foi recolhido qualquer valor a título de preparo. Nesse sentido: AgRg no AREsp 299.445/MG, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva.

Diante de todo exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Apelação Cível nº 0290659-4.

É como voto.

Recife,

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator